



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS**



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Fevereiro/2022

**III Concurso Público para Provimento de Cargos
Assistente Técnico de Defensoria
Especialidade: Assistente Técnico Administrativo**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A educação contribui sobremaneira para um futuro de qualidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o trecho de **Órfãos do Eldorado** para responder às questões de números 1 a 3.

Estiliano era o único amigo de Amando. “Meu querido Stelios”, assim meu pai o chamava. Essa amizade antiga havia começado nos lugares que eles evocavam em voz alta como se ambos ainda fossem jovens: as praias do Uaicurapá e do Varre Vento, o lago Macuricanã, onde pescaram juntos pela última vez, antes de Estiliano viajar para o Recife e voltar advogado, e de Amando casar com minha mãe. A separação de cinco anos não esfriou a amizade. Os dois sempre se encontravam em Manaus e Vila Bela; eles se olhavam com admiração, como se estivessem diante de um espelho; e, juntos, davam a impressão de que um confiava mais no outro do que em si próprio.

Via o advogado com o mesmo paletó branco, a mesma calça de suspensórios, e um emblema da Justiça na lapela. A voz rouca e grave de Estiliano intimidava quem quer que fosse; era alto e robusto demais para ser discreto, e tomava boas garrafas de tinto a qualquer hora do dia ou da noite. Quando bebia muito, falava das livrarias de Paris como se estivesse lá, mas nunca tinha ido à França.

(HATOUM, Milton. **Órfãos do Eldorado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, edição digital)

1. No trecho, o narrador transmite a ideia de que havia entre o pai, Amando, e o personagem Estiliano

- (A) uma relação de poder.
- (B) uma competição acirrada.
- (C) um forte laço afetivo.
- (D) um conflito velado.
- (E) um ressentimento recíproco.

2. O autor recorre a uma comparação hipotética no seguinte trecho:

- (A) *“Meu querido Stelios”, assim meu pai o chamava.* (1º parágrafo)
- (B) *como se ambos ainda fossem jovens.* (1º parágrafo)
- (C) *era alto e robusto demais para ser discreto.* (2º parágrafo)
- (D) *A voz rouca e grave de Estiliano intimidava quem quer que fosse.* (2º parágrafo)
- (E) *Via o advogado com o mesmo paletó branco.* (2º parágrafo)

3. A voz rouca e grave de Estiliano intimidava quem quer que fosse (2º parágrafo)

No contexto, o trecho sublinhado acima exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- (A) *Quando bebia muito, falava das livrarias de Paris.*
- (B) *Via o advogado com o mesmo paletó branco.*
- (C) *onde pescaram juntos pela última vez.*
- (D) *assim meu pai o chamava.*
- (E) *Os dois sempre se encontravam em Manaus.*



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 4 a 12.

1. *Neide Gondim faz parte da primeira geração de pensadores da Universidade Federal do Amazonas empenhados em pensar a Amazônia em um movimento inverso do que, costumeiramente, é feito, ou seja, de dentro para fora. Sua obra reflete sobre o que pensavam os europeus que chegaram até a Amazônia pela primeira vez no século 16. Esses conquistadores ganharam a vez de contar a história e o fizeram do ponto de vista de onde partiram.*
2. *Em livros como "A invenção da Amazônia", Neide Gondim reconstrói brilhantemente os caminhos desse pensamento, que veio a fundar uma tradição estética sobre a Amazônia, em que predomina o paradoxal, o hiperbólico, o contraditório, o infernal e o paradisíaco. A autora redesenha o pensamento europeu dos homens que se atiraram ao mar em busca de comprovar as teorias especulativas sobre o mundo medieval. Ela identifica em sua bagagem duas lupas iluminadas pelo imaginário fantástico: as escrituras bíblicas e o Oriente conhecido por meio de livros e relatos de viagens.*
3. *É por meio dessa literatura, que serve até hoje de documento histórico, que Neide Gondim vai trançando as imagens que se projetaram sobre o país das amazonas nas Américas e, desse modo, descortina as representações europeias sobre a região que hoje conhecemos como Amazônia.*
4. *A autora identifica uma obsessão do europeu medieval: encontrar o paraíso sobre a terra, longe da fome e da peste que assolavam a Europa medieval.*
5. *Quando se aventuraram mais adentro das Américas, os europeus pensaram ser o grande rio um mar de águas doces. Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia e as guerreiras amazonas, cuja imagem carregavam consigo devido à forte influência da Grécia Antiga.*
6. *O primeiro relato data de 1542, do cronista Gaspar de Carvajal, que acompanhava Francisco de Orellana na primeira descida pelo rio, vindo do Peru em direção ao Atlântico. Neide Gondim identifica os mesmos recursos utilizados por Marco Polo ao falar sobre o Oriente nas descrições de Carvajal. Carvajal afirma ter guerreado com as amazonas; dá a localização do Rio de Ouro que levaria até Manoa, a capital de ouro das amazonas; ao mesmo tempo, descreve o curso dos rios com precisão de navegador.*
7. *Muitas teorias floresceram durante os séculos seguintes na tentativa de explicar toda a novidade encontrada nas Américas. Darwin colocou as gentes da Amazônia na primeira idade evolutiva da humanidade; a Amazônia seria como um grande museu natural. O determinismo de Buffon afirmava que essas gentes não conseguiram evoluir em consequência do clima quente. Montaigne via na ausência do rei a evolução paradisíaca para onde o europeu deveria seguir. Locke via na ausência do Estado a causa da degeneração daquelas gentes.*
8. *Tais ideias se difundiram por meio da ciência, da filosofia, das letras. Seus traços fantásticos são revestidos de verdade científica a partir do argumento de autoridade. Essas ideias estigmatizaram as gentes da Amazônia como primitivos, indolentes, infantis e bestializados. Estigmatizaram também a floresta como uma entidade fantástica distante e desconhecida no imaginário mundial.*
9. *Para Neide Gondim, a representação hiperbólica da Amazônia é uma tentação de que quase ninguém escapa. Para a autora, essa representação edênica começou no imaginário medieval sobre o incompreensível Oriente e a desconhecida América. Toda essa trança imaginária é apresentada com muita leveza e habilidade na obra de Neide Gondim.*

(Adaptado de: DASSUEM, Nogueira. Disponível em: www.amazonamazonia.com.br)

4. Devido às suas características, o texto configura-se, primordialmente, como
 - (A) uma crônica reflexiva.
 - (B) um artigo de opinião.
 - (C) uma resenha crítica.
 - (D) um relato subjetivo.
 - (E) uma narrativa histórica.

5. Depreende-se do texto que, a partir dos primeiros relatos dos viajantes europeus que chegaram às Américas, lançou-se sobre a Amazônia uma visão
 - (A) estereotipada.
 - (B) apolítica.
 - (C) realista.
 - (D) satírica.
 - (E) verossímil.



6. Dassuem Nogueira, autora do texto, exprime um julgamento de valor no seguinte trecho:
- (A) *Darwin colocou as gentes da Amazônia na primeira idade evolutiva da humanidade.* (7º parágrafo)
 - (B) *Montaigne via na ausência do rei a evolução paradisíaca para onde o europeu deveria seguir.* (7º parágrafo)
 - (C) *Carvajal afirma ter guerreado com as amazonas.* (6º parágrafo)
 - (D) *Locke via na ausência do Estado a causa da degeneração daquelas gentes.* (7º parágrafo)
 - (E) *Neide Gondim reconstrói brilhantemente os caminhos desse pensamento.* (2º parágrafo)
-
7. No contexto, o “argumento de autoridade” (8º parágrafo) de que fala a autora refere-se àquele que
- (A) reflete o modo de pensar da maioria das pessoas, sendo aceito por consenso em determinado contexto sociocultural.
 - (B) se baseia na credibilidade de alguém cujo saber notório é publicamente reconhecido.
 - (C) deriva da análise de dados mensuráveis comumente reunidos em relatórios e pesquisas.
 - (D) provém de raciocínios lógicos efetuados a partir de conhecimentos científicos prévios.
 - (E) se justifica a partir de relações de semelhança entre fenômenos observados na realidade concreta.
-
8. *longe da fome e da peste que assolavam a Europa medieval.* (4º parágrafo)
- Mantêm-se a correção gramatical e o sentido da frase substituindo-se o elemento sublinhado acima por:
- (A) deixavam consternado
 - (B) havia prejudicado
 - (C) deveriam ter arruinado
 - (D) estavam devastando
 - (E) tinha influenciado
-
9. O adjetivo que, no contexto, está empregado como substantivo encontra-se no trecho:
- (A) *Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia.* (5º parágrafo)
 - (B) *a representação hiperbólica da Amazônia.* (9º parágrafo)
 - (C) *pensaram ser o grande rio um mar de águas doces.* (5º parágrafo)
 - (D) *Ela identifica em sua bagagem duas lupas iluminadas pelo imaginário fantástico.* (2º parágrafo)
 - (E) *em que predomina o paradoxal.* (2º parágrafo)
-
10. *essa representação edênica começou no imaginário medieval sobre o incompreensível Oriente e a desconhecida América.* (9º parágrafo)
- Mantém-se o sentido substituindo-se o termo sublinhado acima por:
- (A) paradisíaca.
 - (B) sistemática.
 - (C) admirável.
 - (D) redundante.
 - (E) inovadora.
-
11. *Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia e as guerreiras amazonas, cuja imagem carregavam consigo devido à forte influência da Grécia Antiga.* (5º parágrafo)
- No contexto, o trecho sublinhado acima expressa ideia de
- (A) proporção.
 - (B) consequência.
 - (C) causa.
 - (D) concessão.
 - (E) finalidade.
-
12. O livre comentário redigido com correção gramatical está em:
- (A) Marco Polo demarcou no Oriente lugares e, histórias fantásticas, confirmado por ele mesmo ou por outras pessoas que estavam em sua companhia.
 - (B) É comum haverem menções, nos relatos de viajantes ao Oriente, sobre a fonte da juventude, a cidade de ouro; existe também registros de criaturas como gigantes e sereias.
 - (C) Algumas teorias, por meio delas disseminaram-se a ideia de que os trópicos seriam um ambiente impróprio para a evolução da humanidade.
 - (D) Notam-se que todos os que passaram pela Amazônia e os que dela só ouviu falar tem de sua floresta uma imagem grandiosa.
 - (E) Com base nos relatos de viagem de Carvajal, foram muitos os que se propuseram a explicar a origem dos amuletos de pedra verde, os muiraquitãs.



Atenção: Leia o texto para responder às questões de números 13 e 14.

Os empreendedores são heróis populares do mundo dos negócios. Fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico da região ou do país. Não são simplesmente provedores de mercadorias, serviços, informação ou entretenimento, mas fontes de energia, que assumem riscos inerentes em uma economia em mudança, transformação e crescimento.

Para o economista Joseph Schumpeter, um empreendedor é uma pessoa capaz de converter uma nova ideia ou invenção em uma inovação bem-sucedida. Ao longo do tempo, contudo, verificou-se que isso não é uma tarefa fácil. Afinal, em todo o mundo, grande parte dos novos negócios falha.

(Adaptado de: CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor, Barueri: Manole, 2012, edição digital)

13. *Os empreendedores são heróis populares do mundo dos negócios. Fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico da região ou do país. (1º parágrafo)*

Mantendo as relações de sentido e a correção gramatical, uma redação alternativa, em um único período, para as frases acima, está em:

- (A) Embora os empreendedores, que são heróis populares do mundo dos negócios, fornecem empregos, introduzem inovações a fim de incentivar o crescimento econômico da região ou do país.
- (B) Uma vez que são heróis populares do mundo dos negócios, os empreendedores fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico da região ou do país.
- (C) Os empreendedores que são heróis populares do mundo dos negócios, estão fornecendo empregos, introduzindo inovações que incentivam o crescimento econômico da região ou do país.
- (D) Os empreendedores são heróis populares do mundo dos negócios, pois fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico da região ou do país.
- (E) Conforme são heróis populares, do mundo dos negócios, os empreendedores é que tem fornecido empregos, introduzido inovações, além de incentivar o crescimento econômico da região ou do país.

14. *Ao longo do tempo, contudo, verificou-se que isso não é uma tarefa fácil. (2º parágrafo)*

No contexto em que se insere, o termo sublinhado pode ser substituído por

- (A) todavia
- (B) embora
- (C) por isso
- (D) portanto
- (E) assim

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

15. O artigo 5º da Constituição Federal elenca um extenso rol de direitos e garantias individuais, que

- (A) podem ser suprimidos por emenda constitucional.
- (B) têm aplicação condicionada à regulamentação infraconstitucional.
- (C) não excluem outros direitos decorrentes do regime e dos princípios constitucionais.
- (D) não podem ser restringidos durante o estado de sítio.
- (E) não estão sujeitos ao controle judicial.

16. Em conformidade com a Lei Complementar nº 80/1994, a Defensoria Pública no Brasil abrange a Defensoria Pública:

- (A) Federal, as Defensorias Públicas dos Estados e as Defensorias Públicas dos Municípios.
- (B) da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e as Defensorias Públicas dos Municípios.
- (C) da União, a Defensoria Pública Militar, a Defensoria Pública do Distrito Federal e as Defensorias Públicas dos Estados.
- (D) da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e as Defensorias Públicas dos Estados.
- (E) da União, a Defensoria Pública Militar, a Defensoria Pública Trabalhista, a Defensoria Pública do Distrito Federal e as Defensorias Públicas dos Estados.

17. A Lei Complementar Estadual nº 01/1990 estabelece que o Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado do Amazonas

- (A) é um órgão de execução institucional.
- (B) substitui o Defensor Público-Geral em suas faltas e impedimentos.
- (C) integra, como membro nato, o Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (D) é nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de 4 anos.
- (E) exerce o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública.



18. Os princípios institucionais da Defensoria Pública, previstos no parágrafo 4º do artigo 134 da Constituição Federal, são
- (A) prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, entre as quais se insere a inamovibilidade.
 - (B) garantias para o adequado funcionamento da Instituição, entre as quais se insere a autonomia funcional.
 - (C) equivalentes aos objetivos fundamentais da Defensoria Pública, entre os quais se inclui a afirmação do Estado Democrático de Direito.
 - (D) garantias institucionais para o livre desempenho das atribuições da Defensoria Pública, entre as quais se insere a soberania.
 - (E) os fundamentos que sustentam e estruturam a instituição, entre as quais se insere a unidade.
-
19. De acordo com a Lei Estadual nº 4.077/2014, que instituiu o Quadro de Servidores Auxiliares da Defensoria Pública, é VEDADO ao servidor público
- (A) entreter-se, nos locais e horas de trabalho, em palestras, leituras ou atividades estranhas ao serviço.
 - (B) tecer crítica, em trabalho assinado e do ponto de vista doutrinário, a algum ato da Defensoria Pública.
 - (C) ausentar-se do Estado, para estudo, com autorização expressa do Defensor Público-Geral ou do chefe imediato.
 - (D) ser acionista ou cotista de sociedade comercial.
 - (E) guardar sigilo sobre os assuntos da repartição.
-
20. O artigo 134 da Constituição Federal prevê que incumbe à Defensoria Pública, entre outras atribuições, a
- (A) assistência judiciária gratuita de toda a população brasileira.
 - (B) promoção dos direitos humanos.
 - (C) representação judicial e a consultoria jurídica das unidades da Federação.
 - (D) defesa dos direitos individuais e coletivos, mediante o pagamento de taxas e emolumentos.
 - (E) concessão de indulto e comutação de penas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo

21. O ato administrativo consistente na publicação da nomeação de novos servidores públicos no Diário Oficial do Estado do Amazonas atende ao princípio da
- (A) eficiência.
 - (B) publicidade.
 - (C) proporcionalidade.
 - (D) presunção de legitimidade.
 - (E) supremacia do interesse público.
-
22. A possibilidade de interdição de um estabelecimento por violação a normas sanitárias pelo poder público, independentemente de autorização judicial, decorre do atributo dos atos administrativos conhecido como
- (A) autoexecutoriedade.
 - (B) eficiência.
 - (C) tipicidade.
 - (D) presunção de legitimidade.
 - (E) moralidade.
-
23. A lavratura de um auto de infração por um particular usurpador de função pública constitui um ato administrativo
- (A) existente, inválido e eficaz.
 - (B) existente, válido e eficaz.
 - (C) existente, válido e ineficaz.
 - (D) inexistente.
 - (E) existente, inválido e ineficaz.
-
24. João, chefe de uma repartição pública, justifica a remoção de Maria para uma cidade distante com base no interesse público. No entanto, sua intenção era puni-la por desavenças anteriores. Na presente situação, o ato administrativo carrega vício de
- (A) ilegalidade de objeto.
 - (B) incompetência do agente.
 - (C) forma.
 - (D) ausência de motivação.
 - (E) desvio de finalidade.



25. Suponha que Joaquim é prefeito de uma cidade do interior do Amazonas e deseja publicar um decreto de autorização para funcionamento de bancas de jornal no Município. Para editá-lo, Joaquim deve respeitar o previsto na legislação e, ainda, realizar uma avaliação de conveniência e oportunidade sobre o mérito do decreto. Nesse caso, Joaquim está editando um ato classificado como
- (A) discricionário.
 - (B) vinculado.
 - (C) inexistente.
 - (D) disciplinar.
 - (E) arbitrário.
-
26. Suponha que o Estado do Amazonas tenha criado, por lei específica, pessoa jurídica de direito público dotada de autonomia gerencial, orçamentária e patrimonial, com personalidade jurídica própria, para o exercício de atividades típicas da Administração pública. A natureza jurídica da referida entidade é de
- (A) empresa pública.
 - (B) autarquia.
 - (C) sociedade de economia mista.
 - (D) órgão público.
 - (E) empresa subsidiária.
-
27. Considere que o Estado do Amazonas repartiu suas atribuições de fiscalização sanitária entre diversos órgãos públicos pertencentes à mesma pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica àquela unidade federativa estadual. No presente caso, trata-se de um exemplo de
- (A) avocação administrativa.
 - (B) descentralização administrativa.
 - (C) centralização administrativa.
 - (D) concentração administrativa.
 - (E) desconcentração administrativa.
-
28. Acerca da organização administrativa brasileira, considere:
- I. a Administração pública indireta NÃO possui entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
 - II. o Estado do Amazonas é uma pessoa jurídica integrante da Administração pública direta.
 - III. as fundações públicas são pessoas jurídicas da Administração pública indireta.
- Está correto o que consta de
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, apenas.
-
29. Serviço público impróprio é aquele que
- (A) pode ser repassado a particulares, mesmo sendo de titularidade exclusiva do Estado, em regime de direito público.
 - (B) somente pode ser prestado pelo Estado, pois é de sua titularidade exclusiva.
 - (C) não caracteriza propriamente um serviço público e pode, assim, ser delegado.
 - (D) pode ser prestado por particulares, em regime de direito privado, pois o Estado não detém sua titularidade exclusiva.
 - (E) pode ser repassado somente a fundações, em regime jurídico de direito público, em razão de sua titularidade mista.
-
30. Analise os itens a seguir:
- I. Concorrência.
 - II. Convite.
 - III. Tomada de Preços.
 - IV. Contrato Administrativo.
 - V. Pregão.
- São modalidades de licitação previstas na legislação brasileira o que consta APENAS de
- (A) I, IV e V.
 - (B) I, II, III e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) IV e V.
 - (E) I e III.



31. Suponha que a Defensoria Pública do Estado do Amazonas deseje comprar um imóvel para ampliar o atendimento à população hipossuficiente. Nesse caso, a modalidade de licitação a ser utilizada será de
- (A) Convite.
 - (B) Concurso.
 - (C) Leilão.
 - (D) Concorrência.
 - (E) Pregão.
-
32. Suponha que uma unidade da Defensoria Pública do Amazonas precise contratar serviços de marcenaria para conserto de uma porta no valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Nessa situação, a licitação é
- (A) dispensável.
 - (B) inexigível.
 - (C) obrigatória na modalidade leilão.
 - (D) obrigatória na modalidade concurso.
 - (E) obrigatória, sendo possível a utilização de qualquer modalidade licitatória.
-
33. Sobre contratos administrativos, considere:
- I. é vedada a modificação unilateral do contrato pela Administração Pública, em atenção ao princípio da igualdade entre as partes.
 - II. os contratos administrativos podem ser alterados por acordo das partes quando for conveniente a substituição da garantia da execução.
 - III. a decretação de falência da empresa contratada constitui motivo para a rescisão do contrato administrativo.
 - IV. é permitido à Administração pública aplicar sanções imotivadas ao contratado.
- Está correto o que consta de
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, III e IV, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.

Noções de Direito Constitucional

34. Considere os seguintes itens:
- I. a soberania.
 - II. a plenitude de defesa.
 - III. o pluralismo político.
 - IV. a inviolabilidade do domicílio.
- São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II e IV, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
-
35. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos no texto constitucional,
- (A) a propriedade atenderá a sua função social.
 - (B) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita de forma universal e independentemente da aferição de hipossuficiência.
 - (C) para o julgamento de crimes hediondos é permitida a criação de juízo ou tribunal de exceção.
 - (D) a lei penal retroagirá para todos os fins.
 - (E) ninguém será considerado culpado até o julgamento em segunda instância.
-
36. Em relação à propriedade no ordenamento constitucional brasileiro:
- (A) A pequena propriedade rural, trabalhada pela família, poderá ser penhorada para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
 - (B) A função social da propriedade está circunscrita aos imóveis urbanos.
 - (C) O direito de propriedade em território nacional se restringe aos brasileiros natos.
 - (D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
 - (E) Ao poder público é vedado praticar atos de intervenção na propriedade privada.



37. São hipóteses de perda ou de suspensão dos direitos políticos previstas na Constituição Federal:
- (A) Existência de processo criminal em andamento e condenação por improbidade administrativa.
 - (B) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado e incapacidade civil absoluta.
 - (C) Ausência de alistamento militar obrigatório e decretação de prisão civil por débitos alimentares.
 - (D) Perda da nacionalidade e condenação em processo por apuração de ato infracional.
 - (E) Inclusão de débito na Dívida Ativa da União e incapacidade civil relativa.
-
38. João mantém vínculo empregatício com a empresa "Projetos & Cia" e, atualmente, recebe salário no valor de R\$ 2.000,00. Segundo a Constituição Federal, o pagamento de seu décimo terceiro salário deve ser baseado
- (A) em valor estipulado pelo estatuto da empresa ou fixado em convenção coletiva.
 - (B) no salário-mínimo federal.
 - (C) na alíquota dos encargos previdenciários devidos.
 - (D) no salário-mínimo da sua categoria profissional.
 - (E) em sua remuneração integral.
-
39. A fixação de alíquotas diferenciadas para pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em razão da essencialidade do bem se refere ao princípio, do direito constitucional tributário,
- (A) da anterioridade.
 - (B) da irretroatividade.
 - (C) da seletividade.
 - (D) do não confisco.
 - (E) da progressividade.
-
40. Considere os seguintes itens:
- I. Conselho Nacional de Justiça.
 - II. Ministério do Trabalho e Previdência.
 - III. Receita Federal do Brasil.
 - IV. Supremo Tribunal Federal.
- São órgãos do Poder Judiciário os que constam APENAS de
- (A) I e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) III e IV.
-
41. Ao disciplinar os princípios gerais da atividade econômica, a Constituição Federal estabelece
- (A) a concessão de privilégios fiscais às empresas públicas e sociedades de economia mista não extensivos às do setor privado.
 - (B) o tratamento favorecido para as sociedades anônimas com investimentos de capital estrangeiro, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.
 - (C) a observância na defesa do meio ambiente, mediante tratamento diferenciado de acordo com o impacto ambiental dos produtos e serviços, bem como de seus processos de elaboração e prestação.
 - (D) a vedação de atuação do Poder Público como agente normativo e regulador da atividade econômica.
 - (E) a ausência de reciprocidade quanto à ordenação do transporte internacional, observados os acordos firmados pela União.
-
42. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre o regime jurídico constitucional dos servidores públicos:
- () A incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo é permitida pela Constituição Federal desde 2019 e deve ser disciplinada por lei complementar.
 - () São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - () A aquisição da estabilidade do servidor público independe de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:
- (A) F – F – V.
 - (B) V – F – V.
 - (C) F – V – V.
 - (D) V – V – F.
 - (E) F – V – F.



43. Constitui competência exclusiva do Congresso Nacional:
- (A) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
 - (B) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
 - (C) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
 - (D) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
 - (E) Editar medidas provisórias com força de lei.
-
44. Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:
- (A) Liberdade de expressão.
 - (B) Pluralismo político.
 - (C) Prevalência dos direitos humanos.
 - (D) Liberdade de associação.
 - (E) Livre iniciativa.
-
45. De acordo com o artigo 60, 4º, da Constituição Federal, constitui cláusula pétrea:
- (A) O presidencialismo.
 - (B) A separação dos Poderes.
 - (C) O voto censitário e secreto.
 - (D) O voto obrigatório.
 - (E) A forma republicana de governo.
-
46. Quando o texto constitucional de 1988 assegura que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei, está se referindo ao princípio
- (A) do contraditório e da ampla defesa.
 - (B) da legalidade.
 - (C) da isonomia.
 - (D) do devido processo legal.
 - (E) da inafastabilidade da jurisdição.
-
47. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre as normas constitucionais de proteção ao trabalho de adolescentes:
- () É vedado o trabalho perigoso ou insalubre a pessoas menores de dezoito anos.
 - () É permitido o trabalho noturno a adolescentes que possuam entre dezesseis e dezoito anos.
 - () É permitido o trabalho insalubre a adolescentes menores de dezesseis anos na condição de aprendiz.
- A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:
- (A) F – F – V.
 - (B) F – V – F.
 - (C) V – F – V.
 - (D) V – F – F.
 - (E) V – V – F.
-
48. A exemplo do que ocorreu com a “Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo”, segundo disposto na Constituição Federal, um tratado internacional de direitos humanos aprovado em dois turnos, em cada casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos dos respectivos membros, será equivalente
- (A) à Lei Delegada.
 - (B) à Lei Complementar.
 - (C) à Lei Ordinária.
 - (D) ao Decreto Legislativo.
 - (E) à Emenda Constitucional.



49. Considere os seguintes impostos:

- I. Imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- II. Imposto de renda e proventos de qualquer natureza (IR).
- III. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).
- IV. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).

Os entes federativos competentes por instituí-los, respectivamente, são:

	I	II	III	IV
A	Municípios	União	Estados e Distrito Federal	Estados e Distrito Federal
B	Estados e Distrito Federal	União	Municípios	Estados e Distrito Federal
C	União	Municípios	Municípios	União
D	União	União	Municípios	Estados e Distrito Federal
E	União	Estados e Distrito Federal	Municípios	União

50. Juliana é analfabeta e possui dúvidas sobre seus direitos políticos. Segundo a Constituição Federal de 1988, Juliana é

- (A) inelegível e seu voto é facultativo.
- (B) inelegível e seu voto é obrigatório.
- (C) elegível e seu voto é facultativo.
- (D) elegível e seu voto é obrigatório.
- (E) inalistável e seu voto é obrigatório.

Noções de Administração

51. A avaliação de desempenho realizada no serviço público é um instrumento de

- (A) gestão de pessoas, focando não só em indivíduo determinado, mas em toda a equipe.
- (B) disciplina, pois visa apurar condutas impróprias por parte dos servidores.
- (C) controle financeiro, já que regula a produtividade de determinado setor.
- (D) controle orçamentário, pois monitora a execução do orçamento do órgão durante o ano.
- (E) promoção e fomento de práticas inovadoras em determinado órgão público.

52. Sobre o plano plurianual (PPA), considere:

- I. A lei que estabelece o plano plurianual é de iniciativa do Poder Executivo.
- II. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
- III. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Está correto o que consta de

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

53. Em se tratando de controle de estoque, o seu dimensionamento garante

- (A) cálculo preciso sobre a quantidade mensal a ser comprada, para que não haja sobras e gastos desnecessários.
- (B) estabelecimento de níveis adequados de estoque para abastecimento de materiais, sem ocasionar guarda excessiva ou quantidade insuficiente.
- (C) indicação da metragem ideal para o local de estoque e guarda dos materiais necessários à produção de um determinado órgão.
- (D) alerta sobre falta de materiais comumente solicitados, indicando necessidade de reposição imediata.
- (E) espaço de sobra para novos materiais que podem vir a compor o estoque em situação de emergência, evitando-se a falta de local para sua guarda.

54. Ao tratar sobre liderança, sabe-se que ela engloba diversas competências que o líder deve possuir para assumir a responsabilidade de liderar. Pela Teoria dos Traços, essas competências são identificadas como

- (A) algumas inatas e outras adquiridas pela experiência.
- (B) adquiridas pela experiência.
- (C) adquiridas pelo estudo.
- (D) inatas.
- (E) algumas inatas e outras adquiridas pelo estudo.



55. O modelo de Administração pública utilizado para descrever o caso brasileiro nos períodos da Colônia, do Império e da República, até a década de 30, onde não há clara distinção entre o bem que é público, privado ou do governante, é conhecido como modelo
- (A) burocrático.
 - (B) gerencial.
 - (C) patrimonial.
 - (D) formal.
 - (E) social.
-
56. Governança e governabilidade são conceitos
- (A) distintos, sendo que a governança preocupa-se com a sociedade e os seus níveis de poderes, que poderão reagir às suas ações.
 - (B) distintos, sendo que a governabilidade se refere ao ambiente político em que se efetivam as ações do sistema de governança, que pode gerar legitimidade, credibilidade e imagem positiva.
 - (C) distintos, porque a governabilidade garante a governança.
 - (D) distintos, porque a governabilidade é a capacidade de governar por meio de apoio político e popular e a governança é quem garante esse relacionamento.
 - (E) sinônimos.
-
57. A boa governança abrange a implementação de boas práticas de transparência, relatórios e auditoria, para uma prestação de contas eficaz. A afirmação traz características relacionadas
- (A) à *accountancy*.
 - (B) ao gerenciamento de riscos.
 - (C) à definição de resultados.
 - (D) à integridade e valores éticos.
 - (E) à *accountability*.
-
58. Conforme consta expressamente do Decreto nº 3.555/2000, a respeito do pregão, modalidade de licitação, é atribuição do pregoeiro
- (A) determinar a elaboração de ata.
 - (B) repassar à comissão constituída a decisão sobre os recursos interpostos.
 - (C) a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes.
 - (D) relacionar e enviar as propostas à Comissão Julgadora para adjudicação da proposta de menor preço.
 - (E) a verificação de lista de presentes no início da sessão do pregão.
-
59. A lei orçamentária anual, segundo previsão expressa da Constituição Federal, compreenderá
- (A) a reestimativa da receita e da despesa, sempre que estas possam resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal.
 - (B) o orçamento de investimento de empresas que não detenham a maioria do capital social com direito a voto.
 - (C) o orçamento fiscal referente somente ao Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, excluindo-se as de Administração indireta.
 - (D) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
 - (E) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.
-
60. A raiz do estudo comportamental da liderança funda-se no Renascimento Italiano, com a obra de Nicolau Maquiavel denominada:
- (A) O Príncipe.
 - (B) A Arte da Guerra.
 - (C) O Imperador.
 - (D) Líderes natos.
 - (E) Dominação Legítima.